

INFORMATIVO ONLINE

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Primeiro boletim eletrônico do MPMG em atividade, com matérias de interesse institucional coletadas em fontes oficiais de informação.

Volume: 10

Número: 414

21/07/2026

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

[AVISO CGMP Nº 4, DE 15 DE JULHO DE 2026](#)

Dispõe sobre o controle e a fiscalização contínua dos procedimentos extrajudiciais no Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

[LEI Nº 25.964, DE 14 DE JULHO DE 2026](#)

Dispõe sobre a possibilidade de disponibilização, pelos estabelecimentos comerciais autodenominados supermercados ou hipermercados e pelos estabelecimentos congêneres, sediados ou com filiais no Estado, de serviço de revisão de cupom fiscal para os grupos da população que especifica.

[LEI Nº 25.974, DE 15 DE JULHO DE 2026](#)

Dispõe sobre a defesa sanitária animal no Estado e dá outras providências.

[LEI Nº 25.975, DE 15 DE JULHO DE 2026](#)

Acrescenta inciso ao art 2º da Lei nº 24 130, de 6 de junho de 2022, que institui a política de avaliação da infraestrutura das escolas da rede estadual de ensino.

[LEI Nº 25.977, DE 15 DE JULHO DE 2026](#)

Dispõe sobre banco de dados relativos ao combate às organizações criminosas ultraviolentas ou paramilitares e às milícias privadas no Estado.

[LEI Nº 25.979, DE 15 DE JULHO DE 2026](#)

Dispõe sobre a garantia de proteção e assistência a mulheres, crianças e adolescentes afetados por desastre que tenha motivado o reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

[LEI Nº 25.980, DE 15 DE JULHO DE 2026](#)

Dispõe sobre o direito de o titular de dados pessoais solicitados por estabelecimentos públicos ou privados não fornecer seus dados na presença de terceiros no momento da coleta.

[LEI Nº 25.981, DE 15 DE JULHO DE 2026](#)

Dispõe sobre a prática de esportes eletrônicos no Estado e altera o art 2º da Lei nº 15 457, de 12 de janeiro de 2005, que institui a Política Estadual de Desporto.

[LEI Nº 25.983, DE 15 DE JULHO DE 2026](#)

Assegura ao indivíduo com síndrome de Tourette que se enquadre no conceito definido na Lei nº 13.465, de 12 de janeiro de 2000, direitos e benefícios previstos na Constituição do Estado e na legislação estadual para a pessoa com deficiência.

[LEI Nº 25.993, DE 20 DE JULHO DE 2026](#)

Dispõe sobre a instituição da Rota do Rosário no Estado.

[LEI Nº 25.995, DE 20 DE JULHO DE 2026](#)

Altera o art. 4º da Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004, que institui a carreira de Agente de Segurança Socioeducativo do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo.

[LEI Nº 25.996, DE 20 DE JULHO DE 2026](#)

Institui o Dia Estadual da Promoção da Autonomia e da Valorização da Mulher.

[LEI Nº 25.998, DE 20 DE JULHO DE 2026](#)

Altera o inciso XXVII do art. 2º da Lei nº 16.279, de 20 de julho de 2006, que dispõe sobre os direitos dos usuários das ações e dos serviços públicos de saúde no Estado.

[PORTARIA CONJUNTA TJMG CGJ Nº 1.827, DE 14 DE JULHO DE 2026](#)

Dispõe sobre o monitoramento, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, das decisões relativas à inclusão, renovação e cessação de permanência de pessoas presas oriundas do Estado de Minas Gerais no Sistema Penitenciário Federal.

[PORTARIA CONJUNTA TJMG CGJ Nº 1.831, DE 17 DE JULHO DE 2026](#)

Instala a Central de Apoio e Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais da Comarca de Belo Horizonte - CEAV-BH.

[RESOLUÇÃO SEE Nº 5.289, DE 17 DE JULHO DE 2026](#)

Estabelece normas e diretrizes para o Plano de Atendimento Escolar da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, para o ano de 2027.

[RESOLUÇÃO SES Nº 11.500, DE 17 DE JULHO DE 2026](#)

Aprova a instituição do Comitê da Iniciativa Especial de Determinantes Sociais para a Equidade em Saúde (CIEDSES), no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS-MG).

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[LEI Nº 15.471, DE 20 DE JULHO DE 2026](#)

Institui a Estratégia Nacional de Saúde do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ensceis); e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde).

IMPORTANTE: Os textos dos atos normativos e da legislação disponíveis têm caráter meramente informativo, não dispensando a consulta aos Diários Oficiais para a comprovação da existência de direitos nos termos da legislação vigente.